



TERRITORIALIDADES SILENCIADAS E APAGADAS QUE SE TORNAM VISIBILIZADAS POR MEIO DA POÉTICA NEGRA

Geny Ferreira Guimarães*

Resumo: O texto apresentado é um conjunto de reflexões iniciais na tentativa de relacionar fatos históricos em suas espacialidades que são encontradas na poética negra, com o exemplo do poema de Jairo Pinto, *Oração Quilombola* e alguns trechos do poema de José Carlos Limeira, *Quilombos*. Ambos os poemas apresentam possibilidades de se pensar a realidade negra brasileira por uma perspectiva contrária ao que foi pré-estabelecido pela Literatura Canônica e considerada oficial no Brasil. A reflexão geográfica tem como base o conceito de lugar e de suas respectivas territorialidades. Porém, o esforço reflexivo é o deslocamento do conhecido lugar do negro pejorativo para o lugar de referência e orgulho para uma nação, lugar de resistência e de identidade. A Literatura não é neutra porque está inserida e reflete a realidade social, econômica, política e cultural do seu local de origem, apresenta uma vasta possibilidade de interpretações, assim como a Geografia. Logo a perspectiva central deste texto é de Geografia & Literatura Negra. Inúmeras vezes são traçadas relações tanto históricas quanto geográficas com obras literárias, sendo indiscutível a sua importância como um elemento fundante da nação brasileira e dentro do contexto de formação da identidade brasileira cujo objetivo era ultrapassar o considerado impasse de múltiplas culturas nacionais.

Palavras-chave: Geograficidade Negra. Literatura Negra. Territorialidade Negra. Identidade – Nação.

Silenced and shutdown territorialities which have been visibilized by black poetics

Abstract: The text presented is a set of initial reflections in the attempt to relate historical facts in their spatiality that are found in black poetics, with the example of the poem by Jairo Pinto, *Quilombola Prayer* and some excerpts from the poem by José Carlos Limeira, *Quilombos*. Both poems present possibilities of thinking the Brazilian black reality by a perspective contrary to what was established by Canonical Literature and considered official in Brazil. Geographical reflection is based on the concept of place and its respective territorialities. But the reflexive effort is the displacement of the well-known place of the pejorative black to the place of reference and pride for a nation, place of resistance and identity. Literature is not neutral because it is inserted and reflects the social, economic, political and cultural reality of its place of origin, presents a wide possibility of interpretations, as well as Geography. Therefore the central perspective of this text is of Geography & Black Literature. Historically and geographically, historical and geographical relations have been traced to literary works. Their importance as a founding element of the Brazilian nation and within the context of the formation of Brazilian identity, whose objective was to overcome the considered impasse of multiple national cultures, is indisputable.

Keywords: Black Geography. Black Literature. Black Territory. Identity - Nation.

Uma versão inicial deste texto foi escrita em 2012, mas não foi publicada e serviu como trabalho final de uma das disciplinas cursadas pela autora no seu doutorado. Desde então, alguns avanços já foram realizados por parte da autora, mesmo assim ainda muito precisa ser discutido e, por isso, a mesma achou interessante resgatar este texto que apresenta um esforço reflexivo de relacionar literatura negra com conceitos fundamentais de análises socioespaciais, neste caso, lugar e territorialidade.

Inúmeras vezes são traçadas relações tanto históricas quanto geográficas com obras literárias, pela razão crucial de que a Literatura não é neutra. O que será apresentado neste texto é uma tentativa de relacionar fatos históricos, com relações sociais desenvolvidas espacialmente e que são tratadas pela poética negra, com o exemplo do poema de Jairo Pinto, *Oração Quilombola* e pequenos trechos do poema de José Carlos Limeira, *Quilombos*, assim construir este texto dentro de uma perspectiva de Geografia & Literatura Negra.

Os dois poemas que aparecerão neste texto remontam acontecimentos da época da escravidão no Brasil, e faz algum sentido lembrar uma passagem escrita pelo historiador estadunidense David Brion Davis que publicou em 1966 a primeira edição do livro que se tornou uma referência para estudos sobre escravidão na cultura ocidental e especialmente na América, apesar do ponto de partida ser uma análise do fenômeno nos Estados Unidos. No início de seu livro *O problema da escravidão na cultura ocidental* (1966)¹, o autor ressalta o sentimento de constrangimento dos estadunidenses diante do fato de que, em seu país a “[...] declaração de independência foi escrita por um proprietário de escravos e que a escravidão do negro era uma instituição legal em todas as treze colônias” (DAVIS, 2001, p.19). O que não foi diferente em todo o restante do continente. A partir desta afirmação, o autor sugere um questionamento, o qual parece ser bastante significativo para a reflexão deste ensaio, sobre “como é que ouvimos os mais altos gritos de liberdade entre os dirigentes de negros? (DAVIS, 2001, p.19, grifo do autor). Parafraseando Davis, a pergunta que se faz neste ensaio é: como, tanto no passado quanto no presente, ouvimos os mais altos gritos de liberdade entre os negros?

Observa-se que um dito lugar do negro foi criado historicamente de forma pejorativa por meio do racismo como uma das inúmeras ações e estratégias para a destruição psicológica deste grupo e, conseqüentemente, seu enfraquecimento socioeconômico. O que é possível dizer sobre as especulações históricas em torno do racismo é que vão para além das fronteiras da sociedade brasileira, da escravidão e colonização, alcançando outras escalas e tempos, conforme proposto por Moore (2012) em sua construção epistemológica do racismo que atribui sua origem a tempos anteriores ao período das colonizações e estende sua existência para os primórdios da humanidade. Geograficamente, a relação de lugar, território, territorialidades e racismo vem sendo construída por alguns autores dentro de perspectivas de Geografias Negras, Antirracistas, Geografias Negras com o intuito de construção da inclusão de uma dimensão racial do espaço nas análises geográficas, assim como no caso da autora deste texto que está tentando construir uma trajetória destas perspectivas relacionando com questões patrimoniais e educação o que pode ser encontrado em Guimarães (2014, 2015, 2018).

Para Achugar (2006, p.14), neste caso, o lugar de onde se fala às vezes pode ser considerado a periferia, mas que outras vezes o autor chama de “Montevideu, de Uruguai, de América Latina, de margem, de não-lugar, de fronteira: desviado, afastado do seu lugar, deslocado”. Mas, de qualquer forma representa um lugar onde o colocaram, mas que também foi escolhido. Pois o autor considera que “[a] qualificação do deslocado, ou do lugar de desprezo e do não-valor, é produzida por outros e não pelo sujeito de enunciação” e que, em muitos momentos, ele termina assumindo-o “com ou sem orgulho, de forma submissa ou insubmissa”.

Historicamente é percebido que para o negro foi estipulado o pior dos lugares onde um indivíduo pudesse se espelhar e obter referencial percebido espacialmente nas marcas que geografia dos lugares apresenta sendo apagadas as heranças positivas e perpetuadas as memórias de dor. Ainda, aos negros impuseram-lhes a crença da servidão enquanto única herança. Tal imposição – comparada a uma mutilação de corpos, mentes e cultura – ocorreu por meio da violência (física, psicológica e sociocultural), por séculos, e agora precisarão de mais

alguns séculos até que existam mudanças na forma de pensar e agir de grupos sociais inteiros. Embora a mudança seja cultural, levou-se muito tempo para ser formada e levará também um longo tempo para ser desfeita. As mudanças consideradas necessárias são no sentido de recuperar a dignidade arrancada de grupos sociais considerados por séculos dentro de uma pirâmide hierárquica como inferiores ao passo que começam a surgir mais negros ocupando os lugares que até então não eram reservados a eles. Assim a sociedade se transforma. A cada dia mais marcas relevantes da efetiva participação do negro na história do país são redescobertas, mais e mais o lugar do negro se torna diferente e distante do que foi pré-estabelecido pela elite hegemônica. Os lugares geram territorialidades preenchidas por culturas, falas, posicionamentos e memórias negras que aos poucos demarcam limites e fronteiras territoriais, nem sempre aceitas pela sociedade em si, mas conhecidas enquanto linhas imaginárias no cotidiano das cidades. Ou seja, não são vistas, mas são reais nas relações citadinas estabelecidas.

No período da escravização africana, que por si só já foi uma violência, o negro e seu grito eram silenciados com punições de força e esquarteramento, entre outros. Nos tempos atuais e ditos democráticos, o silenciamento se dá por meio da criação de um “lugar do negro” na sociedade. Lugar este que é geográfico em várias perspectivas. Possui uma localização espacial que se dá por meio das limitações econômicas, subalternidades políticas, referências folclorizadas e populares de sua cultura e marginalização de posição social, entre outras perspectivas ou aspectos. Estas classificações geram uma espécie de dimensão racial do espaço geográfico: “o lugar do negro”.

Guerreiro Ramos (1995) menciona que

povos brancos, graças a uma conjunção de fatores históricos e naturais que não vem ao caso examinar aqui, vieram a imperar no planeta e, em consequência, impuseram àqueles que dominam uma concepção do mundo feita à sua imagem e semelhança. Num país como o Brasil, colonizado por europeus, os valores mais prestigiados e, portanto, aceitos, são os do colonizador. Entre estes valores está o da brancura como símbolo do excelso, do sublime, do belo. Deus é concebido em branco e em branco são pensadas todas as perfeições. Na cor negra, ao contrário, está investida uma carga milenária de significados pejorativos. Em termos negros pensam-se todas as imperfeições. [...] Não têm conta as expressões correntes no comércio verbal em que se inculca no espírito humano a reserva contra a cor negra. "Destino negro", "lista negra", "câmbio negro", "missa negra", "alma negra", "sonho negro", "miséria negra", "caldo negro", "asa negra" e tantos outros ditos implicam sempre algo execrável (RAMOS, 1995, p. 241-242).

O que posteriormente denomina de “redução sociológica” e desenvolve todo um questionamento concentrado na sociedade brasileira para pensar o lugar do negro diferente do pré-estabelecido, pré-concebido e cristalizado socialmente e reconstrói ou atribui ao negro o seu lugar criado a partir de si próprio, ou seja, “[...] descobriu que o negro ele próprio é um lugar de onde descrever o Brasil. Penso essa idéia – o negro como lugar – a mais original contribuição de Guerreiro Ramos à compreensão do dilema nacional”.

Nas palavras de Cardoso (1986),

todos os negros que se revoltaram pela escravidão e, por isso, foram assassinados duas vezes (em vida, no campo de batalha, no pelourinho, degolados ou enforcados; e depois de mortos, quando acabaram esquecidos pelos historiadores e intelectuais brancos que independente de sua vontade ou até mesmo por conveniência suas e do regime, controlam o conhecimento no país) (CARDOSO, 1986, p. 63).

Um duplo assassinato²: pessoas e memórias. De indivíduos, dos seus corpos em vida e de sua memória após a morte, assim como a memória que se estende ao seu grupo de pertencimento. Em vida pelo enforcamento, degolamento e outras formas de assassinato justificadas como punições e após a morte pelo silenciamento e esquecimento histórico, sendo o segundo uma necessidade estrutural, segundo Achugar (2006). Ainda, refletindo a partir de Achugar (2006,

p.141) “a memória tem uma tarefa fixa que a vincula à tradição”, mas levando em consideração que a tradição valorizada pertence ao grupo hegemônico, estaria então, “encarregada de preservar o relato oficial” e condicionada a um “esquecimento voluntário, ou involuntário” do que não seria interessante ao grupo. Contudo, contemporaneamente, a memória passa a ter a “responsabilidade de resgatar os esquecimentos a que haviam sido submetidos indivíduos, obras e fatos históricos”.

O poema de Jairo Pinto³, *Oração Quilombola*, nos remete a pensar sobre o “grito de liberdade dos negros” e seu “duplo assassinato” dentro de uma perspectiva do silenciamento e esquecimento presentes na história oficial do país, assim como nos “balbucios” (ACHUGAR, 2006, p.14), ou as vozes dos que “falam da periferia” ou do que o autor chama de “espaço de carência”. Esse balbucio seria um “fragmento”, um “capital cultural”, ou “orgulho daqueles raros que, supostamente, não tem boca como os planetas de Lacan, e, portanto, carecem de discurso”. Achugar (2006, p. 14) ainda menciona que pior do que o balbucio é o “imitativo, derivado, carente de valor, logo reivindica o balbucio.

O poema abaixo, ao mesmo tempo pode ser associado a um grito de liberdade porque busca reconstruir a memória de um grupo, também pode ser visto como um balbucio por conta do seu lugar de existência, assim como a do autor e do grupo ao qual pertence, não é reconhecido na sociedade brasileira por ter sido produzido fora do grupo hegemônico. Neste ensaio, o poema é interpretado como um grito de liberdade por criticar o lugar onde sua memória foi colocada, reivindicar um respeito à sua história e um balbucio por conta das circunstâncias.

Oração Quilombola

(Dedicado ao Quilombo Rio dos Macacos e aos heróis da Revolta dos Búzios)

Salvador,
São Salvador,
Se eu fosse teu devoto lhe pediria piedade
Não a piedade da Praça da Piedade
Onde jazem perifericamente
Quatro mártires da minha história

Salvador,
Oh, São Salvador,
Se fosse eu teu devoto apenas lhe rogaria
Em prece ou poesia
Que a sanha que vem do mar
Não inundasse um velho quilombo da Bahia.
(PINTO, 2012, p. 47)

Reflexões sobre a construção das referências nacionais e identidade podem ser desenvolvidas a partir dessa leitura e de como a poética negra pode contribuir para reflexões da realidade, sendo porta voz de sua própria história. Desta forma, possibilita outra narrativa, diferente da pré-estabelecida pelo canônico e com meios de modificar a forma pejorativa que foi inculcada por meio de uma narrativa excludente e de subjugação. Relembrando Sussekind (1984) que desenvolve uma análise comparativa da expressão “tal pai, tal filho” com “tal Brasil, tal nação” e menciona que assim como se espera que um filho apresente semelhança com seu pai, o que lhe causará orgulho, isto também ocorre em uma nação, em que se espera que seus filhos, ou seja, cidadãos tenham a sua semelhança. A reflexão que se faz aqui é que em toda família existem os filhos menos prestigiados e a figura do bastardo, ou seja, o não aceito totalmente, ou o de forma alguma aceito. A imagem imaginada de nação brasileira, dentro da perspectiva de “comunidade imaginada” (ANDERSON, 2001), foi criada por um grupo específico semelhante à imagem desejada, mas outros grupos não possuíam semelhanças e foram excluídos da nação, não gerariam nenhum tipo de orgulho. Mas, a exclusão não foi total, pois foram criados lugares específicos para estes, como por exemplo, o lugar do negro, que foi mencionado anteriormente. Um caminho contrário é o estabelecido na Literatura Negra, onde é possível transformar o lugar do negro de pejorativo a positivo. O desenvolvimento de uma interpretação deste poema pode

ser por meio das duas críticas que o poeta apresenta sobre o silenciamento de momentos da história brasileira, da Revolta dos Búzios e a dos Quilombos. Com isso, pode ser desenvolvida uma interpretação para este poema que apresente ao menos duas críticas ao silenciamento de momentos da história brasileira.

A primeira crítica refere-se à Revolta dos Búzios⁴, em 1798, liderada por negros, com intensa participação de mulheres negras e cujo objetivo principal era a libertação dos escravizados. Movimento sob a liderança de Lucas Dantas e Luiz Gonzaga das Virgens (soldados), Manuel Faustino dos Santos Lira e João de Deus do Nascimento (alfaiates) que foram considerados criminosos, traidores e condenados, ao que era chamado na época, de “morte natural na força”. O ato de enforcamento e esquartejamento foi considerado o primeiro assassinato, o segundo constitui o esquecimento histórico da relevância deste movimento e do ato heróico de seus líderes, e para Anderson (2001, p. 278) os “esquecimentos em circunstâncias históricas específicas” são causados por “amnésias típicas”. A Revolta dos Búzios foi consagrada apenas como uma referência local e não nacional, assim como aos líderes foram prestadas homenagens periféricas ou marginais as quais Jairo Pinto, no poema citado, menciona que “seus nomes jazem periféricamente”. Esta afirmação é poética, mas está relacionada com a realidade de cada um de seus nomes estarem inscritos em placas, no chão, nas quatro entradas da Praça da Piedade, em Salvador, local de seus enforcamentos. No entanto, aqueles que atravessam a Praça da Piedade diariamente não percebem o que está escrito e quando percebem não se dão conta de que representa uma homenagem e “pisam” nos quatro líderes da Revolta dos Búzios, sem terem a menor consciência da razão pela qual, tais nomes, estão ali⁵. Sendo assim, Pinto (2012), se fosse devoto do Salvador, na cidade cujo nome lhe homenageia, caberia uma prece “pedindo piedade”, mas “não a piedade da Praça da Piedade” onde nenhuma atitude piedosa foi demonstrada aos líderes da Revolta dos Búzios. O que, provavelmente, não foi o desejado. Os líderes da revolta, ou mártires repetindo a denominação que consta no poema, não desejaram piedade, mas sim liberdade. Conclui-se que a afirmação de “não a piedade” seja neste sentido.

Também é importante ressaltar que Pinto (2012) apresenta a ironia da “piedade” um dos locais da cidade onde historicamente ocorriam os enforcamentos e punições durante o período da escravidão. Assassinatos em forma de piedade, cuja denominação era “morte natural na força”. Tais fatos, apesar de fazerem parte da História do Brasil, sempre estão associados apenas aos negros. Com isso, o poeta menciona a “minha história” que pode ser interpretado como um pertencimento, uma identidade e que agora pode ser recontada a sua maneira. Não apenas do poeta, mas de todo um grupo socialmente, politicamente e historicamente subjugado. Desta forma, a história oficial assemelha-se mais a uma narrativa específica, a do grupo dominante ou elite hegemônica. Acredita-se que existam outras e diversas narrativas, já que os lugares são multiculturais e aquelas, as quais foram abafadas ou silenciadas, em algum momento ressurgem, e mencionando uma expressão de Anderson (2001, p. 279), surgem com a “necessidade de uma narrativa de identidade”. O que durante muito tempo foi analisada apenas pelo prisma dos olhares emergentes de uma Literatura Canônica e que atualmente é possível ser analisada, também, pela Literatura desenvolvida pelo grupo subjugado que traz outras narrativas para a história e realidade brasileira. Para Weber (1994, p. 69), uma “[...] tradição que busca estabelecer uma explicação para o texto literário pelo recurso da realidade histórica que o determina, no que considera, pois, a literatura como expressão de uma dada realidade histórica”, que segundo este autor, foi inaugurada por Sílvia Romero.

A segunda crítica percebida no poema apresenta-se com outro exemplo de duplo assassinato, desta vez pela realidade histórica e atual dos quilombos. Representaram uma forma de resistência ao sistema opressivo e violento da escravidão para se tornarem exemplo de organização socioeconômica e política em vários pontos do Brasil. Para Ramos (1995, p. 203), “[...] os chamados quilombos, aldeamentos de negros fugidos, como a famosa República dos Palmares, em Alagoas, verdadeiro Estado de negros”. Ainda assim, diante de sua importância, apresentam-se poucos estudos abrangentes sobre todo o seu legado. Compreensível, devido ao fato de terem sido, por muito tempo, configurados apenas de forma pejorativa e considerados locais de contraventores, assassinos, ladrões e fugitivos. Na figura de Zumbi dos Palmares ocorreu o primeiro assassinato, o segundo pelas inúmeras tentativas de apagamento e

silenciamento dessa passagem histórica como um momento de referência nacional e de Zumbi como herói nacional. Por conta disso, pela acreditada falta de relevância e referência dos Quilombos é que ocorrem as desapropriações dos moradores de remanescentes de Quilombos e do referido e auto-atribuído⁶ Quilombo Rio dos Macacos. Considerado como um remanescente de Quilombo e moradia de quilombolas, com uma história de mais de 200 anos de resistência. Como tais fatos não são apresentados oficialmente geraram-se muitos conflitos por vários grupos que não consideram legítima a reivindicação dos quilombolas. Por desconhecimento da história e da legislação brasileira, assim como a não aceitação de outros grupos como representativos da nação brasileira e seu legado como patrimônio.

As relações entre a Revolta dos Búzios e o Remanescente de Quilombo Rio dos Macacos são várias, pelo já mencionado duplo assassinato, pelo esquecimento histórico, por fazerem parte da História Nacional e não apenas da História dos Negros Brasileiros. Conforme afirmam os integrantes do grupo Ocupa Piedade⁷ “tanto para os alfaiates mulatos de 1798 como para o Quilombo Rio dos Macacos o inimigo é o mesmo: o poder (neo)colonial e suas forças desumanizantes.” Neste sentido é possível recorrer às ideias sobre a construção de nação e identidade brasileira para refletir tanto sobre o grito de liberdade quanto ao duplo assassinato.

Na trajetória do Brasil em se constituir como uma nação considerada apresentável ao estrangeiro e de uma identidade que lhe trouxesse orgulho, a elite hegemônica decidiu por silenciar, apagar, esconder, camuflar, mentir e reescrever a história, a identidade de heranças africanas e da cultura negra brasileira, ao seu próprio modo.

Percebe-se no processo de construção da nação brasileira que para os negros foram impostos o denominado “desvio existencial” por Fanon (2008). Pereira e Gomes (2001, p.180) ao analisarem as representações do negro na mídia, mencionam que na maioria das vezes estão “[...] caracterizadas por algum traço desviante”. Ainda, estes autores acrescentam que “[...] se caracterizam pela reduplicação de estereótipos delineados historicamente” (PEREIRA; GOMES, 2001, p.181). Tais desvios ou traços impostos, em vários momentos excluem o negro de participar das escolhas das referências nacionais. Em outros momentos, deixa-o à margem da sociedade por duas razões: por um lado ao impor-lhes referências culturais de outro grupo cultural originário e com pouco pertencimento, por outro lado manter as suas próprias origens como referências pejorativas.

Ainda mencionando os desvios impostos, estes são percebidos ao analisarmos os pensamentos dos conhecidos como “intérpretes ou pensadores” da sociedade brasileira, na produção e seleção de uma Literatura Canônica nacional e linhas teóricas e na seleção de patrimônios nacionais, dentre outros. Nestes exemplos mencionados, é indiscutível a existência de uma preocupação e discussão étnico-racial que se encontra presente constantemente no sentido de uma tentativa de compreender, explicar e mostrar ao mundo a estrutura étnico-racial brasileira. Acrescenta-se a este fato, dentro da perspectiva racista estipulada pela elite hegemônica, a necessidade do país, da sociedade brasileira, ser aceito como uma nação, cujo dito processo civilizatório pudesse ser considerado digno e de orgulho internacional: ou seja, uma nação branca.

Logo, os negros e tudo que lhe diz respeito deveriam estar fora deste processo, por não serem considerados elementos dignos de fazer parte do modelo de nação brasileira.

Neste ensaio foi apresentada, a partir do poema de Jairo Pinto, uma relação tênue entre um passado e um imaginado presente. Por assim dizer, entre algo histórico e algo atual por ser bastante frágil a definição do que seja o presente e seus limites com o passado e o futuro. Pois, por mais de um segundo o presente já se torna passado e por menos de um, já é futuro. Assim, torna-se interessante a relação de Achugar (2006, p. 222) de passado e futuro como pontos de relação entre “memória coletiva, passado e história”, também como elementos centrais “na reflexão daqueles que tentam compreender a natureza das identidades nacionais e sua conexão com a história”. Para Anderson (1991) as comunidades imaginadas, o são por alguém ou um grupo, assim como, para Achugar (2006, p. 223), se a memória é o lugar do passado, seria o “passado de quem?” Assim como, os questiona como empregar o plural e a quem designar como sujeito de uma história coletiva, questionando: Quem é o sujeito desse plural que tenta a reflexão? Os Intelectuais? Os latino-americanos? Nós? Quem? (ACHUGAR, 2006, p.10) De qualquer forma, para estes os questionamentos são essenciais e permanentes, por exemplo,

por que insistir, [...] na investigação de imaginários, escritas, festas, vozes, heróis e datas dos Estados-nação [...]? Por que insistir em contar, analisar, recordar e recuperar o que foi dito ou escrito em tempos que se perceberam a si mesmos, ou foram inaugurais? Por que continuar remexendo em um passado que se entende como obsoleto e cujo fechamento foi decretado? (ACHUGAR, 2006, p. 221).⁸

Pela mesma razão que na África do Sul, segundo Pinto (2007), após o fim legal do *Apartheid* uma estratégia para a “restauração psicológica e reconciliação social” entre negros e brancos, foi constituída a “Comissão de Verdade e Reconciliação” que responsabilizou os criminosos e a apuração da verdade, no sentido de “restaurar um passado e construir um futuro”.

No Brasil, o que foi construído com a Literatura Canônica e outros elementos fundantes da nação e da identidade nacional foi um fortalecimento de uma naturalização deste processo de homogeneização das origens e identidades nacionais e a não percepção de suas imposições, assim como o racismo que de forma indiscutível, esteve presente em todo o processo. Naturalização de um racismo, de uma desclassificação de origens indígenas e africanas, por fim uma exaltação e supervalorização das heranças europeias, presentes tanto na produção dos considerados intérpretes⁹ da sociedade brasileira como na produção literária, enquanto as poucas vozes dissonantes foram apagadas, de intelectuais como Abdias do Nascimento e Guerreiro Ramos.

Sommer (2004) questiona os romances nacionais, o quanto de “amor” está embutido nestes e sua relação com o civismo, mas a sua crítica pode ser ampliada aos contos, poemas e outras áreas do conhecimento, aos patrimônios nacionais, mas principalmente à história que foi considerada como oficial e verdadeira que descreve a construção do país, pátria, estado e de toda a nação. A reflexão trazida para a análise do poema é que no amor que foi construído nos brasileiros para a dita história oficial por meio do patriotismo e civismo, não cabia aos considerados bastardos do Brasil.

Nas palavras de Jairo Pinto e de José Carlos Limeira¹⁰ tem-se uma história que não foi ainda, plenamente conhecida pelo grupo que se relaciona diretamente com ela e, assim, não foi oferecido o devido tempo para ser amada. Não se ama o que não se conhece, o que não lhe diz respeito ou aquilo que é socialmente construído como algo ruim. Mas, ao ser descoberta e/ou redescoberta é possível ser mostrada e aos poucos desenvolver um sentimento de pertencimento, amor, mesmo que sobreviva enquanto sonho e narrativas de resistência e liberdade, intercaladas por dores. Da interpretação de um duplo assassinato dos Quilombos por meio do silenciamento histórico às marcas geográficas dos lugares que podem auxiliar no resgate de visibilidades de uma realidade que não passada, mas sim presente. Neste ensaio, o poema de Jairo Pinto foi interpretado dentro de uma perspectiva e como um alerta do duplo assassinato dos Quilombos e agora finaliza com o renascimento dos mesmos, no poema de José Carlos Limeira.

O poema *Quilombo* (LIMEIRA, 1983, p. 19-23) é dividido em memórias, sonhos, notícias e insônias de Palmares, lugar onde o autor deposita o seu sonho de reencontro com a ancestralidade, origem histórica, pertencimento, dores e sofrimentos, mas também uma reverência às resistências e um orgulho de pertence a esta história. Por isso, diz “se Palmares ainda vivesse” que ele gostaria de nela viver, morar, ficar, estar e ir. E não deixar silenciar uma história, identidade cultural de uma nação que deve e precisa ser contada. Que não pode ser esquecida por seu povo e “se Palmares não vive mais” que se faça Palmares de novo, para que a “África (tão subitamente roubada) / Sonhos (tão subitamente assassinados) / Liberdade (tão subitamente trocada pela escravidão)” sejam reinseridos no processo de construção da nação e identidade nacional brasileira, e ainda, “por menos que conte a história” a memória não será esquecida, um elemento constitutivo de uma nação e da identidade de um grupo social ou de um povo. Mais uma vez trazendo Achugar (2006), a memória como um direito, sendo que para Limeira (1983) um direito e um lugar de fala, ambos escolhidos com propriedade.

Também, é possível relacionar o poema com a obra de Sommer (2004), pois quando há o encontro do amor com o país, e neste caso do amor com sua identidade, origem e ancestralidade, e de qualquer forma com elementos que também fazem parte da nação brasileira.

Nas duas obras poéticas apresentadas são restaurados tanto o “lugar de fala” quanto o “direito à memória” (ACHUGAR, 2006) de indivíduos e de um grupo que também faz parte da nação brasileira e cuja identidade também pode ser considerada nacional. A crítica existente em *Oração Quilombola* sobre uma história subjugada e uma memória homenageada perifericamente se depara com a orgulhosa descrição de Palmares em *Quilombo* para lhe preencher de subsídios para uma reescrita dessa história por meio da narrativa poética. A reivindicação do respeito a uma história que Pinto (2012) deixa transparecer no seu poema encontra respaldo em Limeira (1983) diante dos tantos povos africanos citados, que formaram a nação brasileira, que participaram ativamente da construção do país e cujas matrizes culturais impregnam a cultura nacional e mesmo assim foram descartadas suas relevâncias, pelas razões explicitadas ao longo do ensaio. Acredita-se que a mensagem de Limeira (1983), logo no início do seu poema, menciona a quem sua obra está direcionada: ao negro. Logo após, desenvolve toda uma reflexão para reativar a memória deste negro.

Muitas outras interpretações podem ser feitas destes dois poemas, assim como comparações e, obviamente que a tentativa aqui desenvolvida está muito longe de esgotar comparações, análises e conclusões sobre a questão. Representa apenas um início de reflexões que ainda precisam de muitas mãos para serem escritas.

Finaliza-se ressaltando a importância de se pensar o Brasil, como um país que construiu uma história de nação plural e com uma diversidade cultural de grande complexidade, no qual, as marcas geográficas apagadas possuem cor e raça e justamente neste processo de apagamento espacial a nação foi destituindo valores dos patrimônios negros de heranças africanas. O processo de resgate desses valores por meio de reflexões conceituais vem sendo feito dentro da perspectiva de pensar a dimensão racial do espaço (GUIMARÃES, 2015, 2018) e construir a Geografia Negra e Antirracista enquanto um campo de estudo. Ainda, a urgente necessidade de ampliação de discussões envolvendo questões raciais e a construção de nação, assim como conceitos fundamentais da Geografia principalmente lugar, territorialidade, território e paisagem.

CONCLUSÃO

Neste artigo apresentamos uma sistematização sobre as leituras espaciais e os seus impactos na compreensão das comunidades quilombolas. Ela nos ajuda a entender que as formas de resistência produzidas por comunidades negras estiveram presentes em todo o território brasileiro, articulando redes, produzindo espaços de liberdade e de negociação, e mesmo durante o período republicano essas relações se mantiveram, a partir da produção de espaços de uso coletivo, associados a redes de parentesco e relação com a natureza.

Esse panorama ajuda a entender os motivos que nos levam a acreditar na “elasticidade” do conceito de remanescentes de quilombo e, ao mesmo tempo, entender os motivos de existirem tantas comunidades requerendo o direito como remanescentes de quilombo.

NOTAS EXPLICATIVAS

¹ O original está sob o título de *The problem of slavery in the Western Culture, 1966*. Mas, para este ensaio foi utilizada a edição traduzida para o português por Wanda Caldeira Brant, editado pela Civilização Brasileira, no Rio de Janeiro, 2001.

² Perspectiva bastante interessante a de duplo assassinato, pois a morte na força do passado é recorrente nos dias atuais com o estrangulamento social do cidadão negro, que em inúmeras vezes o mata, da morte metafórica como em *A descoberta do frio*, de Oswaldo de Camargo (1979) ao real genocídio da juventude negra.

³ “Jairo Pinto nasceu e reside em Salvador, na Bahia. É graduado em Ciências Sociais. [...] participou das seguintes antologias: *Cadernos Negros volumes 33 e 34 – poemas e contos afro-brasileiros*. (Org. Esmeralda Ribeiro e Márcio Barbosa). São Paulo: Quilombhoje, 2010 e 2011.” Além da recente publicação de poemas nos *Cadernos Negros 35: poemas afro-brasileiros*, 2012. (Cadernos Negros, v. 35, p. 191 e p. 206).

⁴ Movimento revolucionário baiano de 1798, conhecido por vários nomes como, por exemplo a Revolta dos Alfaiates, Revolta dos Búzios, ou Conjuração Baiana. Considerado “[...] dos mais amplos, do

ponto de vista político, econômico e social ocorridos no Brasil-Colônia. [...] até o final do século XVIII, nenhum movimento político no Brasil possuía um programa tão amplo, com penetração tão profunda nas classes e camadas sociais, quanto este.” Disponível em: <<http://www.institutobuzios.org.br/revolta.html>>. Acesso em: 13 abr. 2013. Sobre este movimento sociopolítico e histórico, ver também Valim (2007 e 2012).

⁵ Também existem bustos dos líderes em quatro cantos da praça.

⁶ A auto-atribuição é algo reconhecido legalmente para os remanescentes de quilombos e quilombolas desde o sancionamento do Decreto nº 4.887/2003, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que concedeu o direito à auto-atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas e indígenas. A fundamentação para este Decreto tem como bases a Convenção 169, Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais.

⁷ “Trata-se de um movimento político, cultural e social, apartidário e sem ligações com entidades de quaisquer natureza – o movimento Ocupa Salvador é livre e sempre aberto ao diálogo com qualquer interessado em discutir, planejar e propor iniciativas e ações que contestem as injustiças e extravios dos modelos hegemônicos de organização social, política e econômica, buscando realizar o que se chama globalmente de Democracia Real, de lógica participativa e que valoriza o amplo sentido Comum.” E vários grupos menores pertencem ao movimento Ocupa Salvador, um deles o grupo Ocupa Piedade. Disponível em: <<http://www.ocupasalvador.org/quemsomos/>>. Acesso em: 13 maio 2013.

⁸ A auto-atribuição é algo reconhecido legalmente para os remanescentes de quilombos e quilombolas desde o sancionamento do Decreto nº 4.887/2003, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva que concedeu o direito à auto-atribuição como único critério para identificação das comunidades quilombolas e indígenas. A fundamentação para este Decreto tem como bases a Convenção 169, Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê o direito de autodeterminação dos povos indígenas e tribais.

⁹ Pensadores como Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Hollanda, Darcy Ribeiro, Oliveira Vianna, entre outros, assim como os cientistas participantes do Projeto UNESCO. Da construção de Teorias da Literatura, vozes como do teórico Silvio Romero e tantos escritores produtores de uma Literatura considerada oficial, a canônica. Percebe-se que tanto no discurso teórico (sociológico e literário) quanto nas próprias obras literárias, a questão étnico-racial se manteve presente, constituindo uma preocupação permanente entre os seus teóricos.

¹⁰ “Publica contos, artigos, crônicas e poemas desde os anos setenta, tendo trabalhos traduzidos em vários idiomas e estudados no Brasil e no exterior. Participou da Direção de diversas entidades [...] fundou o GENS (Grupo de Escritores Negros de Salvador). É membro do Coletivo de Escritores Negros Brasileiros. Participa desde o início da série Cadernos Negros”. Disponível em: <<http://gramaticadaira.blogspot.com.br/2009/08/blog-post.html>>. Acesso em: 12 maio 2013.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACHUGAR, H. *Planetas sem boca: escritos efêmeros sobre arte, cultura e literatura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006.
- ANDERSON, B. Memória e esquecimento. In: ANDERSON, B. *Comunidades imaginadas*. São Paulo: Cia. das letras, 2008. p. 256-286.
- CAMARGO, O. *A descoberta do frio*. São Paulo: Edições Populares, 1979.
- CARDOSO, H. O resgate de Zumbi. *Revista Lua Nova*, São Paulo, v. 2, n. 4, p. 63-67, jan./mar. 1986.
- DAVIS, D. B. *O problema da escravidão na cultura ocidental*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- FANON, F. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GUIMARÃES, G. F. O conceito de lugar no processo-projeto patrimonial negro-brasileiro. In: Costa, C. L. *Gênero e diversidade na escola: espaço e diferença: abordagens geográficas da diferenciação étnica, racial e de gênero*. E-book. Goiânia: Gráfica UFG, 2018. p. 99-113. Disponível em: <<https://producao.ciar.ufg.br/ebooks/genero-e-diversidade-na-escola/index.html>> . Acesso em: 29 jun. 2018.

-
- _____. *Rio Negro de Janeiro: olhares geográficos de suas heranças negras e o racismo no processo-projeto patrimonial*. 2015. Tese (Doutorado em Geografia). Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.
- _____. De ações-resistências às ações afirmativas: Lei N°. 10.639/2003. In: SANTIAGO, A. R.; MACÊDO, M. L. (Org.). *Entre narrativas e metáforas: direitos, educação e populações negras no Brasil*. Cruz das Almas: UFRB, 2014. p. 7-15.
- LIMEIRA, J. C. Quilombos. In: LIMEIRA, J. C.; SEMOG, É. *Atabaques*. Rio de Janeiro: Editora dos Autores, 1983. p. 19-23.
- MOORE, C. *Racismo & Sociedade: novas bases epistemológicas para entender o racismo*. 2. ed. Belo Horizonte: Nandyala, 2012.
- PEREIRA, E. de A.; GOMES, N. de M. Um não é todos. In: PEREIRA, E. de A.; GOMES, N. P. de M. *Ardis da Imagem: exclusão étnica e violência nos discursos da cultura brasileira*. Belo Horizonte: Mazza Edições & Ed. PUC Minas, 2001. p. 180-209.
- PINTO, J. Oração quilombola. In: *Cadernos Negros*, São Paulo, n. 35, p.45, 2012.
- PINTO, S. M. R. Justiça transicional na África do Sul: restaurando o passado, construindo o futuro. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 29, n. 2, p. 393-421, 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v29n2/v29n2a05.pdf>>. Acesso em: 13 abr. 2013.
- RAMOS, G. O negro desde dentro. In: RAMOS, G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. p. 241-248.
- SANTOS, J. R. dos. O negro como lugar. In: RAMOS, G. *Introdução crítica à sociologia brasileira*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995. p. 19-31.
- SOMMER, D. O amor e o país: Uma especulação alegórica. In: SOMMER, D. *Ficções de fundação: os romances nacionais na América Latina*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2004. p. 47-79.
- SUSSEKIND, F. Uma analogia: família e estética. In: SUSSEKIND, F. *Tal Brasil, Qual romance?* Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 21-39.
- VALIM, P. *Da Sedição dos Mulatos à Conjuração Baiana de 1798: a construção de uma memória histórica*. 2007. 260 p. Dissertação (Mestrado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- _____. *Corporação dos enteados: tensão, contestação e negociação política*. 2012. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- WEBER, J. H. Redimensionando a nação, a nacionalidade e a literatura: Sílvia Romero e José Veríssimo. In: WEBER, J. H. *A nação e o paraíso: a construção da nacionalidade na historiografia literária brasileira*. Florianópolis: UFSC, 1997. p. 69-89.